

13 OUT 1992

Brasil

POLÍTICA ECONÔMICA

Economia

Funcionalismo, ciência e cultura ficam fora dos cortes do governo no orçamento

por Vera Saavedra Durão
do Rio

No decorrer desta semana, o governo deverá divulgar a relação dos cortes "profundos" que fará nas despesas públicas para zerar o seu déficit até dezembro, anunciou na sexta-feira o ministro do Planejamento, Paulo Haddad.

Haddad adiantou, porém, que serão preservados os segmentos de ciência e tecnologia e a área cultural — "por terem sido bastante maltratados nas administrações anteriores" — e o funcionalismo público. "Nossa prioridade número um é não deixar o funcionalismo com qualquer insegurança neste final de ano", disse o ministro, acenando a este jornal com a possibilidade de o 13º salário vir a ser pago em dia aos servidores da União.

Do lado da receita, na busca pelo equilíbrio de suas contas nestes 75 dias que ainda restam de 1992, o

governo, segundo Haddad, vai combater a sonegação fiscal, reaparelhar a receita federal e intensificar a fiscalização.

O ministro do Planejamento almoçou, no Rio, com lideranças empresariais na Confederação Nacional do Comércio (CNC), onde expôs os projetos do governo Itamar. Além de garantir que as 17 estatais com leilão marcado serão privatizadas dentro do cronograma elaborado pela administração Collor, Haddad disse que o combate à inflação deve passar por um caminho de mercado, na medida em que o governo excluiu soluções de natureza heterodoxa para reduzir os preços.

O ministro fez um apelo direto aos empresários do comércio para abandonarem a prática da indexação informal e da remarcação preventiva, como ocorreu nos últimos dias do governo Collor. Sua expectativa, como deixa claro, é que, pelo caminho do entendimen-

to com os empresários, indústria e comércio trabalhem juntos numa cadeia de descontos "para trás". "Assim ganhamos todos", disse Haddad.

O governo está certo de que haverá um retrocesso da inflação até o final do ano. Haddad evitou falar em números. Sua expectativa é de que os preços refluam a partir de uma administração transparente da economia, pelo governo. Na sua análise, a inflação de 25% é inflada de expectativas. "Neste jogo de soma negativa, todo mundo está perdendo." Para inverter este cenário, serão mantidas as câmaras setoriais e até ampliadas a outros setores, como informou o ministro.

TARIFAS

No âmbito das tarifas públicas, "vamos trabalhar com uma tarifa real, não haverá defasagens, mas também não permitiremos

abuso das estatais", afirmou. Quanto aos salários, não há mudanças a vista, no curto prazo.

As metas prioritárias do governo Itamar, segundo Haddad, são a preparação da minirreforma fiscal para 1993, que visará aumentar receita e tem no Imposto de Transações Financeiras (ITF) um dos prováveis instrumentos para isto ("conta com a simpatia do Congresso"); o adiamento da discussão do ajuste fiscal mais profundo para a época do debate sobre a reforma constitucional, em meados do próximo ano, para vigorar em 1994 e a aprovação, até dezembro, dos sete projetos modernizantes, em tramitação no Congresso: portos, patentes, auditoria geral da União (para prevenir a corrupção), o projeto eleitoral, o da reforma política, o da concessão de licitação e a minirreforma fiscal.